



Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria-Geral de Segurança Institucional  
Assessoria de Inteligência

COMUNICADO AI/CGSI/TJMS Nº 169.0.065.0004/2021

A Coordenadoria-Geral de Segurança Institucional, por meio da Assessoria de Inteligência, **ALERTA** para a possibilidade da prática de golpes em face do recente vazamento de dados de 220 milhões de brasileiros.

No total foram vazadas informações de 37 (trinta e sete) bases com dados pessoais, incluindo RG, estado civil, lista de parentes, endereço completo, nível de escolaridade, salário, renda, poder aquisitivo, status na Receita Federal e INSS, entre outros.

|                                       |  |   |
|---------------------------------------|--|---|
| 01 - Pessoa Física - Básico           | 02 - Pessoa Física - Email               | 03 - Pessoa Física - Telefone           |
| 04 - Pessoa Física - Endereço         | 05 - Pessoa Física - Mosaico             | 06 - Pessoa Física - Ocupação           |
| 07 - Pessoa Física - Score de Crédito | 08 - Pessoa Física - Registro Geral      | 09 - Pessoa Física - Título de Eleitor  |
| 10 - Pessoa Física - Escolaridade     | 11 - Pessoa Física - Empresarial         | 12 - Pessoa Física - Receita Federal    |
| 13 - Pessoa Física - Classe Social    | 14 - Pessoa Física - Estado Civil        | 15 - Pessoa Física - Emprego            |
| 16 - Pessoa Física - Afinidade        | 17 - Pessoa Física - Modelo Analítico    | 18 - Pessoa Física - Poder Aquisitivo   |
| 19 - Pessoa Física - Fotos de Rostos  | 20 - Pessoa Física - Servidores Públicos | 21 - Pessoa Física - Cheques sem Fundos |
| 22 - Pessoa Física - Devedores        | 23 - Pessoa Física - Bolsa Família       | 24 - Pessoa Física - Universitários     |
| 25 - Pessoa Física - Conselhos        | 26 - Pessoa Física - Domicílios          | 27 - Pessoa Física - Vínculos           |
| 28 - Pessoa Física - LinkedIn         | 29 - Pessoa Física - Salário             | 30 - Pessoa Física - Renda              |
| 31 - Pessoa Física - Óbitos           | 32 - Pessoa Física - IRPF                | 33 - Pessoa Física - INSS               |
| 34 - Pessoa Física - ECTE             | 35 - Pessoa Física - CMC                 | 36 - Pessoa Física - MFC                |

Com esses dados em mãos é grande a possibilidade da ocorrência de crimes de fraudes online, saques bancários, falso sequestro de parentes, recebimento de boletos falsos por e-mail ou Whatsapp, entre outros.

Diante desses fatos, a Assessoria de Inteligência, com base em orientações de especialistas da área, recomenda, inicialmente rever senhas bancárias, de cartões de débito/crédito e de celular, ativando a autenticação em duas etapas de contas e serviços pelo número do celular ou pelo e-mail, pois mesmo que os dados bancários não tenham sido vazados diretamente, informações como nome, CPF, telefone e e-mail podem ser utilizados por pessoas mal intencionadas, para obter acesso a diversos sistemas, que uma vez abertos, podem ser utilizados para a troca de senha ou do e-mail de recuperação de conta.

Assim, é importante redobrar o cuidado ao fornecer informações sensíveis ou clicar em links, em mensagens, e-mail e demais redes sociais, ainda que o conteúdo tenha sido encaminhado por pessoas conhecidas.

Em caso de ligações alegando sequestro de parentes; não entrar em desespero, tentar

**"Os agentes públicos, responsáveis pela custódia de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informação de natureza sigilosa estão sujeitos às regras referentes ao sigilo profissional, em razão do ofício e ao código de ética específico, sem prejuízo de sanções penais" - Decreto Federal nº 7.845, de 14.11.2012.**



Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria-Geral de Segurança Institucional  
Assessoria de Inteligência

inicialmente contato com o parente e não efetuar qualquer transferência de valores, procurando imediatamente uma delegacia de polícia.

Segue relação das principais informações que constam no vazamento:

- básico:** nome, CPF, gênero, data de nascimento, nome do pai, nome da mãe
- estado civil** (casado, solteiro, divorciado, viúvo, outros)
- vínculo familiar:** categoriza pessoas de acordo com vínculo de 1º grau (mãe, pai, filho, filha, irmão, irmã, cônjuge) ou 2º grau (avô, neto, tio, sobrinho, primo etc.)
- e-mail**
- telefone:** DDD, número, operadora, plano, tipo de linha (fixa, pré-paga, pós-paga), data de instalação
- endereço:** logradouro, número, bairro, cidade, estado, CEP, tipo (residencial / comercial), latitude e longitude
- domicílios:** CPF do chefe de família, número de pessoas, faixa de renda, endereço completo
- escolaridade:** nível (analfabeto / fundamental / técnico / superior etc.)
- universitários:** 1.643.105 pessoas com nome da faculdade, curso, ano de entrada e ano de conclusão
- ocupação:** cargo, número CBO (Classificação Brasileira de Ocupações)
- emprego:** CNPJ e razão social do empregador, número do PIS/PASEP/NIT, número do CTPS, tipo de vínculo (CLT, autônomo, servidor, aprendiz etc.), data de admissão, salário, horas de trabalho por semana
- salário:** valor, tipo (mensal, quinzenal, semanal etc.), horas por semana
- renda:** valor mensal (inclui salário, alugueis, recebimento de juros etc.), classe social (baixa, média, alta), faixa de renda
- classe social** (A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E)
- poder aquisitivo:** nível (baixo, médio, alto), renda, salário
- Bolsa Família:** valor, situação do benefício (liberado / bloqueado), status do benefício (ativo / inativo), número e nome dos dependentes, NIS (Número de Identificação Social)
- título de eleitor:** número de inscrição, zona, seção, endereço, município, estado
- RG**
- FGTS:** número do PIS
- CNS** (Cartão Nacional de Saúde)
- NIS** (Número de Identificação Social)
- PIS/PASEP**
- INSS:** nome do segurado, número do benefício, data de início, espécie (aposentadoria, pensão, salário-maternidade etc.)
- IRPF (imposto de renda):** nome da instituição bancária, código da agência, lote de restituição
- Receita Federal:** situação cadastral (regular / suspensa / cancelada / titular falecido)
- score de crédito:** atividade de crédito, score de risco, nível de risco (baixo / médio / alto)

**"Os agentes públicos, responsáveis pela custódia de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informação de natureza sigilosa estão sujeitos às regras referentes ao sigilo profissional, em razão do ofício e ao código de ética específico, sem prejuízo de sanções penais" - Decreto Federal nº 7.845, de 14.11.2012.**



Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul  
Tribunal de Justiça  
Coordenadoria-Geral de Segurança Institucional  
Assessoria de Inteligência

- devedores:** nome, tipo do devedor (principal, corresponsável), situação (ativa, em cobrança, ajuizada), tipo de dívida (multa, imposto de renda, PIS etc.), valor, foi parar na Justiça? (sim/não)
- cheques sem fundos:** código e agência do banco, motivo (sem fundos/ conta encerrada)
- Mosaic:** grupo e subgrupo de segmentação
- afinidade:** nível de precisão, percentil
- modelo analítico:** prevê chance de consumidor ter afinidade para comprar um produto ou serviço
- fotos de rostos:** 1.176.157 imagens JPEG com datas entre 2012 e 2020; o nome de arquivo é o CPF da pessoa correspondente
- LinkedIn:** 5.051.553 perfis da rede social com número ID e URL de acesso
- empresarial:** nome do sócio de uma empresa, participação (ações e %), razão social e nome fantasia da empresa, CNPJ, data de entrada na sociedade
- servidores públicos:** descrição do cargo, lotação, exercício, renda bruta, estado, vínculo, afastamento
- conselhos:** 2.260.960 pessoas que prestam consultoria no âmbito público ou privado, incluindo situação, especialidade e código de ocupação
- óbitos:** data de falecimento, idade, data da certidão de óbito, nome e endereço do cartório

Campo Grande, MS, 29 de janeiro de 2021

*(assina por certificação digital)*  
**Edi Ederaldo de Almeida**  
Delegado de Polícia  
Assessor de Inteligência

**"Os agentes públicos, responsáveis pela custódia de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informação de natureza sigilosa estão sujeitos às regras referentes ao sigilo profissional, em razão do ofício e ao código de ética específico, sem prejuízo de sanções penais" - Decreto Federal nº 7.845, de 14.11.2012.**